

Ensino integral na pandemia:

Compartilhando perspectivas docentes em cenário desafiador

Yngrid Karolline Mendonça Costa

Daniela Nogueira de Moraes Garcia

Como citar: COSTA, Yngrid Karolline Mendonça; GARCIA, Daniela Nogueira de Moraes. Ensino integral na pandemia: Compartilhando perspectivas docentes em cenário desafiador. *In* : FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; ABDIAN, Graziela Zambão; CASARIN, Helen de Castro Silva; SARAVALI, Eliane Giachetto (org). **Educação e Informação em contexto de políticas públicas** : pesquisas em foco. Marília: Oficina Universitária: São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p.19-34. DOI: <https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-330-4.p19-34>



ENSINO INTEGRAL NA PANDEMIA:
COMPARTILHANDO PERSPECTIVAS
DOCENTES EM CENÁRIO DESAFIADOR

*FULL-TIME EDUCATION IN PANDEMIC:
SHARING TEACHER'S PERSPECTIVES IN A
CHALLENGING SCENARIO*

*Yngrid Karolline Mendonça Costa*¹
*Daniela Nogueira de Moraes Garcia*²

Resumo: O presente artigo apresenta um recorte de pesquisa de doutorado em andamento e objetiva abordar ações pedagógicas e organizacionais da escola de acordo com as fases do plano de retomada presencial durante momento pandêmico. Explicitamos, assim, possibilidades e desafios envolvidos na participação das crianças no ensino remoto emergencial, bem como a visão dos professores da escola observada acerca de possíveis consequências futuras dessa realidade vivida. Dessa forma, sob uma metodologia qualitativa, refletiremos, ao olhar para escola e professores, sobre os impactos gerados por este período sem precedentes nos alunos, principalmente nas competências de apropriação da leitura e escrita, conhecimentos essenciais para a vida escolar e social.

Palavras-chave: Educação; Ensino remoto emergencial; Apropriação da leitura e escrita.

¹ Doutoranda em Educação pela linha de pesquisa Teoria e Práticas Pedagógicas pela Universidade Estadual Paulista - Unesp - Campus de Marília - SP - Brasil. Agência de fomento: CAPES. E-mail: yngrid.karolline@unesp.br

² Mestre em Letras pela UNESP, FCL/Assis e Doutora em Estudos Linguísticos pela UNESP, IBILCE, São José do Rio Preto. É Professora Assistente junto ao Departamento de Letras Modernas da FCL-UNESP, Campus de Assis. Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP e no PROFLETRAS - UNESP na Faculdade de Ciências e Letras. E-mail: daniela.nm.garcia@unesp.br

Abstract: This paper partly presents a doctoral study in progress and intends to focus on pedagogical and organizational activities at school according to the steps of face to face educational setting restoration in pandemic. We specify possibilities and challenges in the children's attendance in emergency remote teaching as well as the teachers' perspectives towards possible future consequences of the scenario. Thus, in a qualitative methodology, when comprising the school and its teachers, we aim to reflect on the impacts caused by this unprecedented period in students and mainly in the appropriation of reading and writing which are essential to school and social reality.

Keywords: Education; Emergency remote teaching; Appropriation of reading and writing.

INTRODUÇÃO

A preocupação com o coronavírus trouxe à população a necessidade de realizar ajustes na vida cotidiana, nos privando, principalmente, do contato social. A escola, como espaço de grande circulação de pessoas passou a ser um espaço inapropriado para continuar as atividades enquanto ações preventivas e de combate ao vírus não fossem realizadas. Assim, a pesquisa de doutorado precisa também se adequar ao momento e trazemos neste recorte as ações de uma escola durante esse período desafiador.

A escola pesquisada abrange os anos iniciais do ensino fundamental, da rede municipal de ensino, de uma cidade do interior paulista, atendendo os alunos em horário integral antes das restrições sanitárias para contenção do coronavírus. Sendo assim, tem suas especificidades quanto à organização e gerenciamento durante o período pandêmico.

Dessa forma, explicitamos possibilidades e desafios envolvidos na participação das crianças no ensino remoto, bem como a visão dos professores da referida escola acerca de possíveis consequências futuras dessa realidade vivida. Trata-se de uma pesquisa-ação, portanto, alguns dados foram gerados por meio de observações e orientações recebidas.

Para esta discussão, optamos por refletir, ao olhar para escola e professores, sobre os impactos gerados por este período sem precedentes nos alunos, principalmente, na apropriação da leitura e escrita que constituem conhecimentos essenciais para a vida escolar e social.

Assim, o presente trabalho se divide em três itens: no primeiro, intitulado *Ensino remoto emergencial: a alternativa viável para um momento histórico impensável*, discorremos acerca da conceituação, bem como, dos motivos para sua adoção e das primeiras considerações elencadas por alguns autores sobre seus efeitos durante o período em que se constituiu a única alternativa viável para tentativa de manter a continuidade de práticas educacionais. No item 2, *Ações de uma escola integral do oeste paulista durante período pandêmico*, apresentamos o espaço escolar, a comunidade à qual a escola pertence, a quantidade de alunos, bem como, as orientações dadas no município e alternativas pensadas pela escola para contemplar um maior número de alunos. Por fim, no 3 item, *Volta às aulas presenciais: impactos escolares observados pelos professores*, trazemos a discussão sobre a impressão dos professores relacionada ao aprendizado e às habilidades que as crianças desenvolveram ou não durante o período de ensino remoto emergencial, principalmente relacionados à apropriação da leitura e escrita.

1. ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: A ALTERNATIVA VIÁVEL PARA UM MOMENTO HISTÓRICO IMPENSÁVEL

Nos dois últimos anos, enfrentamos uma realidade inimaginável, a vivência de uma pandemia. Em março de 2020, os órgãos federais estudaram alternativas para conter a disseminação do coronavírus pelo país, para que pudessem preparar os reforços necessários à Saúde. Como algumas medidas de enfrentamento ao coronavírus foram tomadas, dentre elas, o distanciamento social.

Assim, nos primeiros meses, só eram permitidos serviços essenciais, basicamente, hospitais, farmácias, postos de gasolina e mercados. As escolas, por terem um fluxo grande de circulação de pessoas, foram suspensas e novos modos de ensino começaram a ser discutidos.

O ensino emergencial remoto foi a alternativa elencada como possibilidade de evitar a descontinuidade para o momento. O ensino mediado pelas tecnologias, em forma de educação a distância mostra-se presente no ensino superior, em cursos de graduação, pós-graduação e profissionalizantes. Além disso, havia profissionais preparados para este

tipo de formato e o curso era pensado previamente, com uma estrutura tanto no encadeamento do curso, quanto estrutura tecnológica, para que o aprendizado *online* ocorresse. (HODGES *et al*, 2020).

Dito isto, o ensino remoto emergencial é assim denominado, porque “O objetivo nessas circunstâncias não é recriar um sistema educacional robusto, mas fornecer acesso temporário a suportes e conteúdos educacionais de maneira rápida, fácil de configurar e confiável, durante uma emergência ou crise.” (HODGES *et al*, 2020, p. 6). Os autores ainda afirmam que o ensino remoto emergencial não se baseia apenas em plataformas da internet, mas, que podem ser transmitidos via rádio, CD ou DVDs, dependendo da realidade da cidade ou país.

No Estado de São Paulo, as escolas estaduais ofereceram aulas inclusive pela televisão, por materiais impressos e online, por meio de plataformas, principalmente com o uso do *Google Meet* e *Google Classroom*. Toda essa adaptação do ensino exigiu um tempo aproximado de dois meses, pois era preciso cadastrar todos os alunos e professores na plataforma. O contato com os responsáveis e com os alunos para informações era estabelecido por meio de telefone.

Esse modelo de ensino nos propiciou indagações que já existiam e nos trouxe outras. Martins (2020, p. 251) pontua acerca das “[...] condições de trabalho do docente, a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, a relevância e o significado dos temas a serem abordados, o desenvolvimento de práticas pedagógicas centradas no estudante [...]”.

A participação nas aulas demonstra as fragilidades da escola pública. Andrade (2021) traz considerações acerca da realidade brasileira, em que os alunos de escolas públicas, obviamente, não possuem as mesmas condições de alunos de escolas privadas, muitas vezes sem acesso aos meios de comunicação digitais. A crise econômica escancarou outro problema, “[...] algumas realidades, infelizmente não poucas, em que os pais não podem ou não conseguem apoiar os filhos. Muitos estudantes precisam assumir um papel de protagonismo no sustento financeiro da família.” (ANDRADE, 2021, n.p.). Além disso,

Dados da Rede de Pesquisa Solidária de agosto de 2020 mostram que, entre março e julho de 2020, mais de 8 milhões de crianças de 6 a 14 anos não fizeram quaisquer atividades escolares em casa. No mês de julho, enquanto apenas 4% das crianças mais ricas ficaram sem qualquer atividade escolar, tal número saltou para 30% entre as crianças mais pobres. O relatório conclui: “Com a omissão do Estado no acompanhamento das famílias mais pobres, a diferença de atividades realizadas em casa, entre pobres e ricos, pode chegar a 224 horas, o equivalente a 50 dias letivos” (Rede de Pesquisa Solidária, 2020: 1). Na rede estadual de educação de São Paulo, mesmo com a criação de um aplicativo para transmissão de aulas *online* que não consome o pacote de internet do usuário apenas 27,3% dos estudantes acompanhavam as atividades quando mensurada a presença em alguns dias de maio e junho de 2020. No estado de São Paulo, perto do fechamento do ano, cerca de 500 mil estudantes não entregaram qualquer atividade. Mais uma vez, a falta de conectividade foi uma das principais causas dessa perda de conexão com a escola, penalizando ainda mais os estudantes de menor renda. (MACEDO, 2021, p. 267).

Assim, a equidade que não havia antes da pandemia, se acentuou ainda mais. Filho (2021, n.p., grifos nossos) ressalta que “A desigualdade brasileira no ensino irá piorar após a pandemia, afetando mais ainda quem já estava em desvantagem econômica e social antes da crise sanitária. Este foi um *[dos]* aspectos analisados em estudo publicado [...] pelo IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.”

Apesar de ser um desafio para os professores, alguns autores consideram que as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) podem ser ressignificadas e ocupar um espaço importante no processo de ensino-aprendizagem, em todos os níveis de ensino (AVELINO; MENDES, 2020; BARRETO; ROCHA, 2020; MARTINS, 2020).

Tendo em vista a importância de ouvirmos o professor que vivenciou esse período, trazemos, no último item deste trabalho, relatos coletados por meio de formulários online, acerca de suas dificuldades enquanto profissionais e uma avaliação inicial dos impactos do ensino remoto nos alunos, assim que o modelo presencial foi reinstaurado, em agosto

de 2021, quando as aulas do Ensino Fundamental foi, presencialmente, retomada na maior parte do Estado de São Paulo.

2. AÇÕES DE UMA ESCOLA INTEGRAL DO OESTE PAULISTA DURANTE PERÍODO PANDÊMICO

Neste item, trataremos a respeito das ações realizadas em uma escola de período integral, mediante o plano de retomada do Estado de São Paulo e do município ao qual a escola faz parte, no ano de 2021.

No ano de 2020, após o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020 (SÃO PAULO, 2020), as atividades de ensino presenciais foram suspensas no Estado de São Paulo, garantindo o que os órgãos federais orientavam sobre as medidas sanitárias e o distanciamento social. Desde então o município ao qual a escola pertence acatou o decreto e, durante todo o período deste ano, não houve aulas presenciais. As aulas se pautaram apenas nas plataformas do *Google Classroom* e em atividades impressas que eram oferecidas aos alunos que não tinham acesso à internet. No segundo semestre, foi sugerida a oferta de aulas pelo *Google Meet* mas, como não era uma orientação oficial, os professores ficaram livres para fazê-lo ou não.

No ano de 2021, várias mudanças ocorreram, por isso, achamos mais pertinente focarmos na análise e explanação deste ano. De acordo com outro Decreto, de Nº 65.384, de 17 de dezembro de 2020 (SÃO PAULO, 2021a), o Estado elabora orientações relacionadas à porcentagem de alunos que poderia ser atendido na escola, considerando a fase³ em que a cidade se encontrava.

Em fevereiro de 2021, a cidade do interior paulista onde a escola estava situada, encontrava-se na fase amarela e, sendo assim, poderia atender até 70% dos alunos matriculados, seguindo as recomendações de distanciamento em sala e no refeitório, o uso do álcool em gel, máscaras, garrafas de água individuais, higienização constante do ambiente escolar,

³ As fases da retomada baseiam-se na taxa de ocupação de leitos de UTI/Covid. Quanto maior a ocupação, maior a restrição de serviços autorizados a funcionar. A flexibilização ocorre a partir das taxas de ocupação, passando inicialmente por 4 fases (vermelha, acima de 80% de ocupação; laranja, entre 70% e 80%; amarela, onde iniciava-se a flexibilização, entre 60% e 70% de ocupação; e verde, abaixo de 60%, com abertura parcial.

entre outras recomendações. Nesse momento, não havia obrigatoriedade de os pais enviarem os filhos para a escola, então, apenas assinaram um termo de responsabilidade para registrar sua opção, se a criança voltava presencialmente à escola ou permanecia no ensino remoto.

A escola aqui retratada situa-se em zona periférica e por esse motivo é integral, para que os pais possam ter um auxílio que garanta seu trabalho e tenham um espaço desenvolvendo para as crianças. A escola atende por volta de duzentos e trinta alunos, distribuídos em dez turmas (duas para cada ano do primeiro ciclo do ensino fundamental). A maioria dos pais optou pelo retorno dos alunos à escola.

Antes de 2021, a escola de período integral se organizava da seguinte maneira: havia professores que trabalhavam com o ensino regular, de manhã, que tinham a sua sala de referência e os professores que trabalhavam com oficinas de enriquecimento curricular, à tarde, atendendo todas as salas durante a semana. Com a pandemia, as oficinas foram diluídas no currículo do regular, para serem trabalhadas de maneira interdisciplinar. Desta forma, os professores responsáveis pelas oficinas ficariam sem alunos e, também, os alunos da escola que integravam uma mesma turma, foram divididos em dois grupos.

Além da medida ter sido satisfatória para os professores, que teriam menos alunos em período pandêmico, foi também para os alunos, pois não seria necessário fazer o rodízio, eles iam à escola todos os dias, já que a quantidade de alunos por turma (a maior turma ficou com quinze alunos) estava dentro do previsto para a fase do plano de retomadas.

As aulas se iniciaram em fevereiro e os alunos frequentavam a escola por 4 horas diárias. O restante da carga horária era destinada para alunos que continuavam no período remoto, recebendo atendimento do professor pela plataforma *Google Classroom* ou *WhatsApp*.

Em março, com um crescimento significativo no número de casos do coronavírus e ocupação de leitos na cidade, as aulas foram suspensas novamente. O município resolveu antecipar o recesso de julho e, também, o recesso de dezembro como forma de controle da contaminação. Neste novo ano, além do atendimento pelo *Google Classroom* e *WhatsApp*, os

professores precisavam oferecer aulas online em horário previamente acordado com os pais, ao menos três vezes por semana, durante duas horas por dia. Os alunos que não tinham acesso, podiam continuar com o procedimento de retirada de aulas impressas na escola.

Em maio, com uma pequena queda na ocupação de leitos e crescente preocupação da escola com baixa participação em aulas remotas, observou-se, também, nas avaliações feitas no início do ano, que alunos em nível crítico não estavam participando das aulas. Então, foram criados pequenos grupos de reforço que eram atendidos pelos professores em dias e horários acordados com os pais. As aulas remotas permaneciam nos mesmos moldes citados anteriormente.

Em agosto, com a queda de casos de contaminação no Estado e com a vacinação de primeira dose dos profissionais da Educação, as aulas foram retomadas ainda mediante a opção de adesão presencial ou remota. Neste momento, apenas 3 crianças prosseguiram no atendimento remoto.

As crianças ficavam por 4 horas na escola participando das atividades pedagógicas sendo que a carga horária suplementar permanecia destinada ao atendimento remoto dos alunos que não retornaram à escola. Alguns professores optaram por ministrar aulas híbridas, agregando os alunos que estavam no remoto e os alunos em sala de aula.

Por conta do processo vacinal avançado, inclusive com os profissionais da Educação tendo recebido ao menos duas doses da vacina, em outubro deliberou-se pela volta presencial de toda a comunidade escolar. Seguindo a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

[...] as escolas poderão receber 100% de seus estudantes, desde que seja respeitado o distanciamento de 1 metro entre os estudantes. Caso as unidades não possuam a capacidade para atender este requisito deverão organizar o sistema de revezamento, de acordo com o planejamento de cada unidade escolar. (SÃO PAULO, 2021b, n.p.)

Em nossa escola, as salas não tinham essa capacidade para, integralmente, acolher todos os alunos com segurança. Em novembro,

segundo as orientações da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, o distanciamento de 1 metro não era mais necessário e, assim, as salas foram sendo reintegradas a uma novamente. Os professores do período da tarde passaram a atender alunos com maiores defasagens, oferecendo reforço escolar, a fim de contribuir na apropriação da leitura e escrita, principalmente. Assim, seguimos até dezembro. Abaixo segue a linha do tempo do ano.

Quadro 1: Linha do tempo da escola observada.



Fonte: acervo pessoal das autoras.

3. VOLTA ÀS AULAS PRESENCIAIS: IMPACTOS ESCOLARES OBSERVADOS PELOS PROFESSORES

Como explicitado anteriormente, os professores tiveram, durante o ano, contato com os alunos por meio dos dois modelos de ensino: remoto e presencial. Tiveram, assim, quatro meses de ações no ensino remoto e cinco meses no presencial. A partir do histórico dos alunos durante o ano, os professores puderam tecer algumas considerações a respeito dos impactos desse período de ensino remoto, tendo em vista que, em 2020, com exceção do mês de fevereiro, em todos os outros, os alunos não tiveram aulas *online*.

Além dos alunos, nosso interesse, também, se pauta na vivência docente durante esse período, pois concordamos com Rondini, Pedro e Duarte (2020, p. 43), ao afirmarem que

As mudanças no sistema educacional tiveram que ser realizadas rapidamente, de sorte que, de um dia para o outro, os professores precisaram transpor conteúdos e adaptar suas aulas presenciais para plataformas on-line com o emprego das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), sem preparação para isso, ou com preparação superficial, também em caráter emergencial.

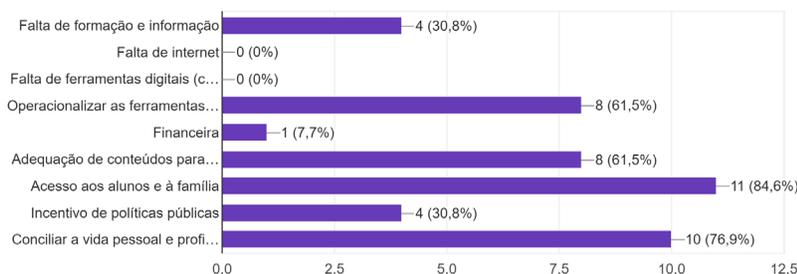
Acerca das dificuldades enfrentadas, apresentamos o Gráfico 1.

Gráfico 1: Dificuldades dos professores durante o ensino remoto.

1-Sabemos que durante a pandemia os professores precisaram se reinventar em tempo recorde.

Qual foi sua maior dificuldade?

13 respostas



Fonte: acervo pessoal das autoras.

Dos treze professores da pesquisa, onze responderam que a maior dificuldade foi o acesso aos alunos e à família, bem como, conciliar a vida pessoal e profissional, e, mais da metade (oito) também sinalizaram dificuldade com a adequação dos conteúdos para as aulas remotas e operacionalização das ferramentas digitais. Isto confirma o que os autores Hodges et al. (2020) pontuaram, sobre a diferença entre o aprendizado em aulas online e o ensino emergencial remoto, feito sem preparação e formação para tal.

Apesar dos desafios encontrados pelos professores durante o ensino remoto, quando questionamos se eles continuariam fazendo uso de algo que aprenderam durante as aulas remotas, obtivemos as seguintes respostas

Quadro 2: O que os professores manterão do ensino remoto no ensino presencial.

14-Você pretende manter algo que aprendeu durante as aulas do ensino remoto com as crianças no presencial? Se sim, o quê? 13 respostas

Não

Acredito que não.

Sem resposta

Sim. O uso do Canva

A forma de comunicação com os pais

Sim, pretendo manter o contato mais próximo com os pais de modo que acompanhem mais de perto a vida escolar dos filhos através do WhatsApp. Também pretendo enviar as aulas em formato digital para os alunos que faltam ou estão de atestado, por exemplo.

Sim, pretendo usar mais as aulas em PowerPoint para a apresentação das aulas ficarem mais dinâmicas

Procuro usar as ferramentas que fomos aprendendo a fazer uso.

Gostaria, mas nem sempre é possível, por falta de recursos.

Sim, os vídeos com estratégias de leitura, as atividades compartilhadas no Point e Jamboard

Sim. A disciplina, porque sem ela nada acontece.

Sim, o uso das tecnologias: criação de vídeos, podcast, etc.

Fonte: acervo pessoal das autoras.

Dos treze professores, oito sinalizaram a manutenção de ferramenta ou algum aprendizado que emergiu no ensino remoto. Um ponto positivo levantado nesse quesito foi a aproximação com as famílias que acompanhavam os filhos durante o ano. Isso corrobora com o que Avelino; Mendes (2020); Barreto; Rocha (2020); Martins (2020) apontam sobre a continuidade de uso das TDICs após o retorno presencial. Devemos considerar que nenhum aprendizado deva ser descartado e que não há como desconsiderar esse período, pois a Educação e seus participantes mudaram, então, os métodos e materiais, também, vão alterar.

Com relação às habilidades e competências da Base Nacional Curricular Comum, questionamos os professores sobre o que observaram sobre o desenvolvimento das crianças quando do retorno presencial.

Quadro 3: Impactos relatados pelos professores após retorno dos alunos no presencial.

29- Com o retorno das aulas presenciais, o que você já pôde observar como impacto desse período remoto? 13 respostas

Podemos observar um grande atraso no ciclo de alfabetização, do 1 ao 3 ano e nas demais séries e anos escolares.

Melhoria na participação e frequência, avanço no desenvolvimento dos alunos, melhoria na autoestima das crianças.

Os alunos que não tiveram nenhum acompanhamento para desenvolver as atividades, estagnaram no aprendizado e alguns até regrediram.

Que os alunos estão avançando, recuperando lentamente o tempo perdido e que o contato com o professor e a escola é extremamente importante.

Os alunos vieram com muitas dificuldades, por exemplo, no pensamento lógico-matemático. Além disso, alguns alunos apresentaram dificuldades de conviver. No início, quando retornamos, houve muitos conflitos.

Muita defasagem de conteúdo de contextos sociais, defasagem motora, sociabilidade.

A resposta imediata é defasagem. Na prática é como se retornassem para a escola, para o presencial, da mesma forma (ou pior) do que estavam em março de 2020 quando o ensino remoto iniciou. Ou seja, como se tivessem sido “transportados” para o próximo ano com a bagagem do anterior, onde já estavam com dificuldade.

A defasagem dos conteúdos, o desinteresse dos alunos e a falta de comprometimento dos pais.

As crianças estavam totalmente sem rotina e com defasagem básicas.

O retorno real da aprendizagem dos alunos.

Alunos ansiosos, com pouca disposição para realizar as atividades, extremamente sensíveis aos comentários e negações (não aceitam o “não” do professor), com maiores carências afetivas e materiais, memória prejudicada.

Preguiça para escrever, por parte do aluno, esquecimento de conteúdo já adquirido e o acúmulo de conteúdo a serem retomados.

A defasagem intelectual dos alunos

Fonte: acervo pessoal das autoras.

Como dito anteriormente, a maioria das crianças não participou das aulas online enquanto a escola estava no período remoto e muitas não tiveram o auxílio dos pais para a realização das atividades impressas. Assim, como noticiado por Filho (2021) e Andrade (2021), essa falta de condições e de apoio familiar resultou em defasagens sem precedentes. Ainda, perguntamos aos professores sobre suas expectativas referentes ao tempo de ‘regularização’ das habilidades e competências desejadas para o ano escolar.

Quadro 4: Expectativas dos professores na regularização do ensino.

30- Quanto tempo você acredita que levaremos para recuperar a “regularidade” das competências da BNCC com as crianças? (2 anos, 3 anos, 5 anos, etc.)¹³ respostas

É muito difícil determinar um tempo, não podemos determinar que a educação está perdida, pois a educação passa sempre por grandes transformações, devemos acreditar no poder de resiliência dos nossos educandos.

Acredito que precisaremos de muitos anos para conseguirmos amenizar os prejuízos. Não sei mensurar quanto.

Até 4 anos ou mais, Depende muito dos estímulos recebidos e da família.

Acredito que dentro de 2 ou 3 anos conseguiremos recuperar

Acredito que no mínimo 3 anos para retomar a “normalidade”

4 anos

Depende da turma, por exemplo, o 1º ano já vai se “regularizar” com um ou dois anos. Já o ensino médio levará anos, até que todas essas crianças passem pela escola pois sempre estarão com defasagem.

5 anos

Acredito que no mínimo 9 anos.

Acredito que uns 5 anos, para as crianças que ingressaram no ensino fundamental em 2020.

Acredito que em média 3 anos ou mais.

Não arrisco nenhuma opinião, pois cada um evoluiu ou “involuiu” de uma maneira, então essas questões pendentes deverão ser tratadas personalizadas.

Não sei pensar ao certo, visto que a construção do conhecimento é um percurso, e nesse percurso tudo pode acontecer.

Fonte: acervo pessoal das autoras.

Para responder essa questão, os professores consideraram que a partir do retorno presencial em agosto 2021, o cenário da escola não regressará ao formato de ensino remoto. Observamos que não há unanimidade nos relatos, revelando muito otimismo e, ao mesmo tempo, a afirmação de, no mínimo, três anos para regularizarmos o ensino.

Realmente é difícil fazer uma previsão, até mesmo porque ainda não saímos do estado de pandemia. Esperamos que nosso trabalho seja mantido no modelo presencial, mas, caso tenhamos que retornar aos moldes virtuais, apesar de já termos mais experiência com o ensino remoto, vemos que, para a realidade da escola estudada e para a maioria dos brasileiros (MACEDO, 2021), quanto mais o ensino remoto for mantido, maior será o nível de desigualdade social, econômica e de aprendizado.

CONSIDERAÇÕES

Percebemos, por meio da breve abordagem aos dados, que o ensino remoto foi uma possível opção encontrada para o período pandêmico para que os alunos pudessem ter o mínimo de contato com a escola e professores garantido.

As práticas da escola pesquisada mudaram bastante após o primeiro ano de pandemia, considerando o aprendizado obtido por meio das experiências e avanço da vacinação no país. Acreditamos, inclusive, que a escola tenha tido uma vantagem em relação às outras por ser de período parcial e ter algumas configurações diferentes, como a não implementação de rodízio. Isso fez com que os alunos tivessem contato diário novamente com a escola e pudessem ter as dificuldades decorrentes deste período amenizadas.

Nota-se, também, o empenho, e ao mesmo tempo, o desgaste dos professores, ao terem que se adequar a cada mudança, por vezes, excedendo a sua carga de trabalho pelo planejamento para a aula presencial, aula *online* ou reforço. Há, ainda, na fala dos professores uma incerteza relacionada aos impactos que esse período gerará na vida das crianças, tendo em vista o retrocesso percebido nas aulas presenciais.

Trazemos, aqui, um breve recorte, exemplificando o contexto de uma escola. Ainda não temos como comprovar se os meios e ações orientadas foram as mais adequadas, tendo em vista a inexperiência de todos neste cenário de pandemia. Consideramos que, apesar de todos os desafios impostos, se não fosse o uso da tecnologia, as crianças teriam prejuízos intelectuais e sociais ainda maiores. Concluimos, assim, que os desafios para compreender o atual cenário e suas consequências ainda demandam práticas e estudos bastante aprofundados.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, V. A dura realidade de alunos da rede pública na pandemia. **Uol Notícias**, São Paulo, 4 jan. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2021/04/01/a-dura-realidade-de-alunos-da-rede-publica-na-pandemia.htm> Acesso em: 5 mar. 2022.
- AVELINO, W. F.; MENDES, J. G. A realidade da educação brasileira a partir da COVID-19. **Boletim de Conjuntura**, Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 56-62, 2020. Disponível em: <https://revista.ufr.br/boca/article/view/AvelinoMendes/2892>. Acesso em: 5 mar. 2022.
- BARRETO, A. C. F.; ROCHA, D. N. COVID 19 e Educação: resistências, desafios e (im)possibilidades. **Revista ENCANTAR: educação, cultura e sociedade**, Bom Jesus da Lapa, v. 2, p. 1-11, 2020. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8480>. Acesso em: 5 mar. 2022.
- FILHO, F. **Impactos da pandemia na Educação e oportunidades para amenizar as desigualdades brasileiras**. Brasília, DF: Senado Federal, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/educacao-federal/2021/10/18/impactos-da-pandemia-na-educacao-e-oportunidades-para-amenizar-as-desigualdades-brasileiras> Acesso em 05 mar 2022.
- HODGES, C. *et al.* Diferenças entre o aprendizado online e o ensino remoto de emergência. **Revista da Escola, Professor, Educação e Tecnologia**, Recife, v. 2, 2020. 12 p. Este artigo foi publicado originalmente no EDUCAUSE Review em 27 de Março de 2020. Traduzido por Danilo Aguiar, Dr. Américo N. Amorim e Dra. Lídia Cerqueira, com a permissão dos autores. Disponível em: <https://escribo.com/revista/index.php/escola/article/view/17/16>. Acesso em: 5 mar 2022.
- MACEDO, R. M. Direito ou privilégio?: desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 73, p. 262-280, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/SGqJ6b5C4m44vh8R5hPV78m/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em: 5 mar. 2022.

MARTINS, R. X. A COVID- 19 e o fim da Educação a Distância: um ensaio. **Revista de Educação a Distância**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 242-256, 2020. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/620>. Acesso em: 5 mar. 2022.

RONDINI, C. A.; PEDRO, K. M.; DUARTE, C. dos S. Pandemia do covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na práxis docente. **Educação**, Aracaju, v. 10, n. 1, p. 41-57, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v10n1p41-57>. Acesso em: 5 mar. 2022.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020. Decreta quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências complementares. **Diário Oficial**, São Paulo, v. 130, n. 57, p. 1, 23 mar. 2020. Caderno Executivo. Suplemento. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-64881-22.03.2020.html>. Acesso em: 5 mar. 2022.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 65.849, de 6 de julho de 2021. Altera a redação do Decreto nº 65.384, de 17 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais no contexto da pandemia de COVID-19 e institui o Sistema de Informação e Monitoramento da Educação para COVID-19, e dá providências correlatas. **Diário Oficial Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 131, n. 130, p. 1, 7 jul. 2021a. Caderno Executivo. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2021/decreto-65849-06.07.2021.html>. Acesso em: 5 mar. 2022.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Retorno obrigatório**: entenda as regras nas escolas de Educação Básica do Estado de São Paulo. São Paulo, 2021b. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/retorno-obrigatorio-entenda-regras-nas-escolas-de-educacao-basica-estado-de-sao-paulo/> . Acesso em: 5 mar. 2022.